



SOCIEDADE DE PEDIATRIA DE SÃO PAULO

REVISTA PAULISTA DE PEDIATRIA

www.rpped.com.br

ARTIGO ORIGINAL

Medicamentos magistrais em recém-nascidos e crianças hospitalizados

Agueda Cabral de Souza Pereira, Elaine Silva Miranda, Selma Rodrigues de Castilho, Débora Omena Futuro, Lenise Arneiro Teixeira e Geraldo Renato de Paula*

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil

Recebido em 4 de novembro de 2015; aceito em 22 de fevereiro de 2016

PALAVRAS-CHAVE

Uso de medicamentos;
Medicamentos pediátricos;
Medicamentos fracionados;
Medicamentos não licenciados

Resumo

Objetivo: Estudar o uso de soluções e suspensões orais magistrais em recém-nascidos e crianças de um hospital universitário.

Métodos: Foi feito um estudo descritivo a partir da análise dos formulários de solicitação de manipulação do hospital estudado referentes aos pacientes da UTI-neonatal, obstetrícia, pediatria e emergência pediátrica de janeiro de 2012 a dezembro de 2013. As frequências das solicitações e dispensações desses medicamentos foram avaliadas e o consumo de cada princípio ativo das preparações foram expressos sob a forma de número de *infant defined daily dose* (iDDD) e de iDDD/100 leitos-dia.

Resultados: Foram analisados 657 formulários – média mensal de 27 preparações pediátricas. A UTI-neonatal foi responsável por 69,6% dessas solicitações. Foram usados 21 itens de medicamentos, destacou-se o uso de ácido fólico (88 solicitações), sulfadiazina (85) e captopril (73). O consumo de princípio-ativo nessas preparações variou, em número de iDDD, de 7,5 (hidralazina) a 16.520 (ácido fólico) e em número de iDDD/100 leitos-dia da UTI-neonatal, de 0,1 (sulfato de zinco) a 146,1 (ácido fólico).

Conclusões: O consumo constante das soluções e suspensões orais magistrais pelos recém-nascidos e crianças do hospital estudado indica a necessidade dessas preparações como opção terapêutica pediátrica nesse hospital.

© 2016 Publicado por Elsevier Editora Ltda. em nome da Sociedade de Pediatria de São Paulo. Este é um artigo Open Access sob a licença CC BY (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>).

DOI se refere ao artigo: <http://dx.doi.org/10.1016/j.rppede.2016.02.012>

* Autor para correspondência.

E-mail: geraldopaula@vm.uff.br (G.R. Paula).

0103-0582/© 2016 Publicado por Elsevier Editora Ltda. em nome da Sociedade de Pediatria de São Paulo. Este é um artigo Open Access sob a licença CC BY (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>).

KEYWORDS

Medication use;
Pediatric
medications;
Fractionated drugs;
Unlicensed drugs

Magistral drugs in hospitalized newborns and children**Abstract**

Objective: Study the use of magistral oral solutions and suspensions in infants and children at a university hospital.

Methods: This is a descriptive study based on the analysis of the assessed hospital's magistral drug request forms regarding the patients in the neonatal ICU, Obstetrics, Pediatrics and Pediatric Emergency from January 2012 to December 2013. The frequency of drug requests and dispensation was evaluated and the consumption of each active ingredient of the preparations was expressed as number of "infant defined daily dose" (iDDD) and of iDDD / 100 bed-days.

Results: A total of 657 forms were analyzed – a monthly average of 27 pediatric preparations. The neonatal ICU accounted for 69.6% of these requests. Twenty-one drug items were used, of which the most common were folic acid (88 requests), sulfadiazine (85) and captopril (73). The consumption of the active principle in these preparations varied in number of iDDD, from 7.5 (hydralazine) to 16,520.0 (folic acid), and in number of iDDD/100 bed-days in the neonatal ICU, from 0.1 (zinc sulfate) to 146.1 (folic acid).

Conclusions: The constant consumption of magistral oral solutions and suspensions by newborns and children of the assessed hospital indicates the need for such preparations as a pediatric therapeutic alternative in this hospital.

© 2016 Published by Elsevier Editora Ltda. on behalf of Sociedade de Pediatria de São Paulo. This is an open access article under the CC BY license (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).

Introdução

Os recém-nascidos e crianças passam por mudanças fisiológicas ao longo do seu desenvolvimento que interferem na farmacocinética e, conseqüentemente, na segurança e efetividade do tratamento farmacológico na pediatria. Por isso, são necessários estudos em cada subpopulação pediátrica em que seu uso é pretendido para avaliação de segurança e eficácia dos medicamentos pediátricos.¹

No entanto, existe uma escassez de medicamentos pediátricos na indústria farmacêutica, o que pode ser explicado por questões econômicas, éticas e técnicas. Isso faz com que as preparações magistrais sejam opções vantajosas para a obtenção de medicamentos com forma farmacêutica adequada para o uso pediátrico, pois permitem flexibilidade nas doses e facilidade na administração do medicamento.^{1,2}

No Brasil, a preparação de medicamentos manipulados deve obedecer às normas da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 67/2007, que dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficinas para Uso Humano em farmácias.³ Para obtenção de soluções e suspensões orais magistrais, a primeira escolha é a manipulação a partir da substância ativa; no entanto, essas também podem ser obtidas por diluição de uma fórmula líquida (por exemplo, diluição de um injetável), desde que seja compatível com a administração oral, por pulverização de comprimidos e por retirada do pó do invólucro da cápsula.⁴

Este estudo tem o objetivo de avaliar o uso de soluções e suspensões orais magistrais em recém-nascidos e crianças hospitalizados.

Método

Foi feito um estudo descritivo, retrospectivo, a partir da análise documental dos formulários de solicitação de

manipulação de preparações líquidas orais para recém-nascidos e crianças do Hospital Universitário Antônio Pedro (Huap), da Universidade Federal Fluminense (UFF), referentes a janeiro de 2012 a dezembro de 2013. Esse hospital é de nível terciário e quaternário, tem 287 leitos e atende à população da Região Metropolitana II do Estado do Rio de Janeiro.

As preparações líquidas orais pediátricas mencionadas neste estudo foram produzidas na farmácia de manipulação da UFF, sob responsabilidade e orientação do farmacêutico, com formulações baseadas em literatura científica, prazo de validade e embalagem adequados, com indicações de armazenamento corretas e com procedimentos de controle de qualidade e de rastreabilidade do medicamento.

Foram calculadas as frequências das solicitações de manipulação das preparações líquidas orais pediátricas em relação: ao mês da solicitação; ao seu princípio ativo; à sua classificação Anatomical-Therapeutic-Chemical (ATC);⁵ e aos setores solicitantes.

As frequências da dispensação das soluções e suspensões orais magistrais foram analisadas em relação ao total de formas farmacêuticas líquidas de uso oral dispensadas pela Farmácia Hospitalar para a UTI-Neonatal e para a Pediatria em 2013.

O consumo anual em número de *infant defined daily dose* (iDDD), que corresponde a 1/10 da *defined daily dose* (DDD), foi calculado para cada princípio ativo dessas preparações, assumiu-se o consumo total do produto manipulado. Foi também calculado, para os pacientes da UTI-neonatal, o número de iDDD/100 leitos-dia.⁶ Para o cálculo do número de leitos da UTI-neonatal foi considerada a ocupação total dos leitos desse setor.

Ferramentas da estatística descritiva, tais como médias, desvio-padrão, distribuições de frequências, foram empregadas para análise dos dados.

Download English Version:

<https://daneshyari.com/en/article/8813714>

Download Persian Version:

<https://daneshyari.com/article/8813714>

[Daneshyari.com](https://daneshyari.com)